

APOSTILA LIBRAS



IES EAD

Instituto Educacional Sampa
Cursos EAD

PÓS
GRADUAÇÃO

Apostila
LIBRAS

APOSTILA LIBRAS

Sumário

1 INTRODUÇÃO	3
2 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	4
3 A IMPORTANCIA DOS EDUCADORES NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS	9
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS	11
5 TECNOLOGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA A COMUNICAÇÃO DO SURDO	12
6 TRADUÇÃO X INTÉRPRETE DE LIBRAS	18
REFERÊNCIAS.....	21

APOSTILA LIBRAS

1 INTRODUÇÃO

Estimados Alunos;

É com imensa satisfação que o INSTITUTO EDUCACIONAL SAMPA apresenta este material didático da disciplina de Libras. O objetivo é fazer com que os alunos possam esclarecer as dúvidas que obtiverem através das aulas neste material.

Dessa forma, este material é um suporte a mais que o acadêmico terá além do ambiente virtual que será disponibilizado. Portanto, com as informações contidas aqui, o aluno poderá levar consigo sempre este manual de estudos para que o mesmo contribua para sua criticidade e desenvolvimento acadêmico.

Espera-se que o discente possa se organizar e planejar bem sua rotina de estudos, para que assim, seu objetivo possa ser alcançado.

Bons estudos!

2 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS



Ensinando surdos-mudos a falar (ilustração de W. H. Margetson para o livro *Deaf and Dumb Land*, 1896)

A indagação que versa sobre a educação dos surdos desde sempre foi se eles teriam que desenvolver sua aprendizagem utilizando a língua de sinais ou a oral e tal decisão foi adotada pelos ouvintes, porém, há pouco tempo, os surdos é que escolheram como queriam e preferiam ser educados e a maioria decidiu que o melhor é a língua de sinais. Nesse sentido, não é possível viver nesse universo sem conhecer a língua pátria. Assim, os surdos acreditam que a língua de sinais deveria ser considerada a primeira língua e depois deveriam aprender o português.

Por muito tempo os surdos foram considerados seres incapazes de serem ensinados, e por isso não frequentavam as escolas. Assim, as pessoas surdas e que não falavam eram excluídos da sociedade e não podiam viver nas mesmas

APOSTILA LIBRAS

condições que outras pessoas. Obviamente que em épocas passadas não existia escolas especializadas e nem professores com a capacidade de entender e ensinar como atualmente. Por isso, as famílias nobres contratavam professores particulares para que eles ensinassem os filhos a falar, pois, a aprendizagem de uma língua era fundamental para que os filhos tivessem direito a herança da família.

No começo do século XVI acreditava-se que os surdos podiam aprender através da educação e surgia relato de educadores que apresentam resultados alcançados com trabalhos de diferentes métodos. Já no século XVIII, houve um avanço significativo na educação dos surdos em todo o mundo. Por utilizarem metodologias de ensino diferentes, o que tinham em comum era a criação das primeiras escolas coletivas para surdos em alguns países. Em 1960 surgiu no Brasil, o primeiro estudo linguístico de línguas de sinais, não considerada até então uma língua verdadeira, que demonstrou as características que fazem da linguagem de sinais uma língua equivalente à oral.

Entre os anos 1960 e 1970, a comunicação total chega ao Brasil que basicamente tinha a língua oral como o grande e principal objetivo da educação de surdos, considerando mais importante a comunicação. Para isso, todos os recursos eram usados, como gestos convencionados no próprio grupo, língua de sinais, leitura orofacial, alfabeto manual, leitura e escrita etc. Em 1969, aconteceu a primeira tentativa de registrar a Língua de Sinais falada no Brasil, através de um pequeno dicionário, Linguagem das Mãos que apresentou um bom índice de aceitação por parte dos surdos. Somente em 1980 iniciaram os Estudos Linguísticos no Brasil sobre a Língua de Sinais, saindo o primeiro boletim do GELES - Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez-, da Universidade Federal de Pernambuco, no Recife.

Em 1986, Nogueira, Carneiro e Soares (2017) dizem que a Língua de Sinais passou a ser defendida no Brasil por profissionais influenciados pelos estudos divulgados pela Gallaudet University. Nessa mesma época, a língua de sinais utilizada pelos surdos das capitais do Brasil foi denominada pela sigla LSCB - Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros. Também foi descoberta a existência de outra língua de sinais no Brasil, a LSUK - Língua de Sinais dos índios Urubus-Kaapor.

APOSTILA LIBRAS

Os avanços nas pesquisas sobre as línguas de sinais recomendam que a criança surda tenha acesso o mais cedo possível à língua de sinais e que, posteriormente, aprenda a língua de seu país, se necessário, apenas na modalidade escrita. Essa filosofia de educação dos surdos é a que está valendo atualmente e se chama Bilinguismo. Para que os surdos brasileiros pudessem ter direito a uma educação bilíngue, muitas lutas aconteceram.

Em todo o mundo, a Libras foi recentemente oficializada através da Lei 10.436/2002, como língua dos surdos brasileiros, marcando o início de uma nova e promissora era no que diz respeito à pessoa surda, sua capacidade, identidade e formação. Tal legislação reconhecia que assim como a Libras, a comunidade surda, sua cultura e identidade precisavam ser respeitadas.

No princípio, a educação de surdos além da atenção dada à fala, enfatizava também a língua escrita e, por isso, os alfabetos digitais eram muito utilizados. Esses alfabetos digitais eram inventados pelos próprios professores, que defendiam a ideia de que se o surdo não podia ouvir e nem se expressar na língua falada, ele podia comunicar-se pela escrita. Mesmo os professores de surdos que defendiam o oralismo iniciavam o ensinamento de seus alunos pela leitura e escrita e, com este apoio, utilizavam diferentes técnicas para desenvolver outras habilidades, tais como leitura labial e articulação das palavras. Apesar desses aspectos em comum, já no começo do século XVIII, começa a surgir uma brecha que “[...] se alargaria com o passar do tempo e que separaria irreconciliavelmente oralistas de gestualistas” (LACERDA, 1998, p. 70).

De modo geral, o que diferencia oralistas de gestualistas é que os primeiros impunham que os surdos falassem e se comportassem como se não fossem surdos. Os gestualistas entendiam melhor as dificuldades do surdo com a língua falada e perceberam que os surdos desenvolviam uma linguagem que permitia a comunicação e “[...] lhes abria as portas para o conhecimento da cultura, incluindo aquele dirigido para a língua oral” (LACERDA, 1998, p. 70). Não se deve deixar de destacar que essa divergência entre os defensores do oralismo e do gestualismo é o fato de que existem diferentes maneiras de se enfrentar as consequências da surdez e que ainda não existem estudos que permitam determinar com certeza, se uma única abordagem metodológica seria a mais indicada para a educação de todos os surdos. A maneira correta seria se as famílias junto com os profissionais

APOSTILA LIBRAS

conhecendo as individualidades de cada criança pudessem escolher uma abordagem que mais combinaria com cada uma.

Geralmente é indicado para as crianças que conseguem ouvir um pouco, uma educação que favoreça a aquisição da fala, ou seja, a abordagem oral. Já para aqueles que não têm uma audição suficiente ou que possuem dificuldade para desenvolver a oralidade, o ideal é uma abordagem que privilegie a linguagem de sinais. Atualmente, são três as principais abordagens que fundamentam diferentes metodologias na educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. (LACERDA, 1998).

Assim, em função da existência de barreiras na comunicação entre o mundo surdo e o mundo ouvinte, existem dificuldades para o desenvolvimento cultural; por isso, é necessário que se construam meios especiais para a sua realização, como, por exemplo, que os ouvintes conheçam a Libras. É importante que os ouvintes entendam a importância do professor surdo e respeite esse espaço. É como se fosse ensinar japonês, o que seria melhor? Um japonês que conhece seu idioma na forma correta e tem o português como segunda língua, conhecendo as semelhanças e diferenças entre as duas línguas, para ensinar japonês aos brasileiros, ou um brasileiro que aprendeu japonês como segunda língua? Há, ainda, as novas tecnologias, como centrais telefônicas, celular digital, porteiros luminosos, facilidades para a vida dos surdos. Em algumas cidades, raros lugares estão fora do alcance da cultura surda, inclusive o preconceito está diminuindo. Os surdos não estão mais escondidos, estão surgindo novas maneiras de ser surdo, com seu modo de comprar, olhar, comunicar, escolher, socializar. É preciso e necessário, para um adequado desenvolvimento tanto físico quanto psíquico dos surdos, que os ouvintes deixem de se considerar modelo de normalidade e percebam que diferença não significa inferioridade. Importa salientar a diferença das pessoas. Respeitá-las como surdas, índias, nômades, negras, brancas...

Importa deixar os surdos construir sua identidade, assinalarem suas fronteiras em posição mais solidária do que crítica. A educação, ainda que já esteja saindo do domínio do oralismo, tem que desaprender um grande número de preconceitos, entre eles o de querer fazer do surdo um ouvinte. Novas hipóteses podem ser levantadas, novos achados são necessários. Entre eles sobressai a urgência de dizer que o surdo é sujeito surdo (PERLIN, 1998, p. 72).

Atualmente buscamos relacionar o processo educacional e as experiências culturais dos surdos, para que seu desenvolvimento alcance maior êxito. Como

APOSTILA LIBRAS

consequência, a discussão sobre as formas de atenção às pessoas e aos grupos surdos tem sido deslocada do campo da educação especial para o campo antropológico, pois a educação deveria dar acesso aos bens culturais de acordo com as características singulares decorrentes da surdez. Por isso, a inclusão escolar dos surdos precisa ser bem discutida, pois a relação da surdez com as sociedades culturalmente ouvintes é constituída pelas barreiras de comunicação e participação. Assim, o campo da surdez pode ser comparado com uma situação de pobreza e, reclama da falta de acesso a uma educação de qualidade, condições dignas de vida, informações adequadas e ao respeito a sua língua, cultura e identidade.

Nogueira, Carneiro e Soares (2017) explicam que alguns relatos encontrados sobre a educação dos surdos durante a Antiguidade e por quase toda a Idade Média falavam de curas milagrosas dizendo que qualquer sucesso dos surdos era devido à “interferência divina”. Durante muito tempo, os surdos eram considerados incapazes de serem ensinados, por isso, eles não frequentavam escolas. As pessoas surdas, principalmente as que não falavam, eram excluídas da sociedade, sendo proibidas de casar, possuir ou herdar bens e viver como as demais pessoas. No Brasil, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação passaram a coordenar o ensino das crianças com necessidades educacionais especiais e surgiram as Salas de Recursos e Classes Especiais para surdos, além de algumas Escolas Especiais, com recursos públicos ou privados.

Nacionalmente, a Libras foi recentemente oficializada através da Lei 10.436/2002, enquanto língua dos surdos brasileiros, marcando o início de uma nova e promissora era no que diz respeito à pessoa surda, sua capacidade, identidade e formação. Essa lei reconhece não somente a Libras como uma Língua e que como tal deve ser respeitada, mas que a comunidade surda, sua cultura e sua identidade devem ser respeitadas. Com tantos avanços, a discussão da educação dos surdos agora se prende a Inclusão ou Escolas Especiais. Apesar do avanço na inclusão das populações surdas nos diferentes setores da sociedade brasileira, existem muitos desafios para tornar essa inserção mais efetiva, e no aspecto sistema educacional tem o papel extremamente importante.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), existem mais de 2 milhões de surdos no Brasil. Existem locais que são muito sofrido e acaba gerando sofrimento para os surdos porque os ouvintes não tem o conhecimento da

APOSTILA LIBRAS

Língua de Sinais. Quando se pergunta sobre níveis de audição de uma pessoa se refere mais à questão biológica de perdas auditivas que vai do nível leve até um mais profundo. No entanto, as pessoas surdas se identificam e se caracterizam muito mais por uma questão cultural identitária de uso da língua de sinais do que propriamente por uma questão de perda auditiva. Ou seja, se a pessoa não estiver diretamente envolvida com a criança surda e saber identificar quanto mais cedo melhor. (NOGUEIRA, CARNEIRO E SOARES, 2017).

As crianças hoje já saem com diagnóstico da maternidade através do teste da orelhinha, ou seja, já vão para a escola com o diagnóstico em mãos. Na estimulação precoce a partir dos dois anos eles entram para a educação infantil e passam a ter contato com a sua língua para que eles possam se desenvolver dentro da sua própria cultura. Isso faz parte da abrangência dos pais, que é muito importante que a escola colha também os pais, porque a maioria das crianças surdas, elas tem pais e famílias humildes e isso é um processo onde se tem que dar uma atenção especial porque pode causar muita estranheza nas famílias essa aceitação e esse entendimento do que é ter um filho que não escuta.

É preciso ressaltar que a sociedade está acostumada a pensar na pessoa surda a partir de uma visão clínica, ou médica, ou terapêutica, ou seja, um surdo como aquele que tem uma carência e que no caso, audição. Junto com essa carência a sociedade em geral atribui muitas outras, como por exemplo, dificuldade de aprendizagem, outras “incapacidades” que na verdade, lhes são atribuídas por serem “diferentes”.

3 A IMPORTANCIA DOS EDUCADORES NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Os profissionais, de maneira geral, e os professores, em particular, precisam ter clareza de que a participação da família é fundamental para o sucesso do seu trabalho e, ainda mais, precisa entender qual é o seu papel nesse processo. A principal maneira de se conseguir a participação da família na educação da criança especial é firmando parceria entre esta, a escola e a sociedade. Essa não é uma tarefa fácil, e cabe ao professor intermediar para que a família se aproxime da escola e se sinta segura nessa aproximação. (PERLIN, 1998).

APOSTILA LIBRAS

De fato, o professor é o agente principal dessa parceria e deve ser capaz de orientar os pais sobre a deficiência de seu filho, sobre os programas de atendimento disponíveis, sejam eles educacionais, de saúde, psicologia ou assistência social. É de responsabilidade do professor, a orientação sobre a atuação da família em toda a vida do filho com necessidades especiais, daí a necessidade do professor conhecer a legislação e as políticas públicas que contemplam os surdos.



Fonte: www.brasil.elpais.com

Outro fator fundamental para que os professores conheçam a legislação acerca dos direitos dos surdos é que, muitas vezes, são estes os únicos profissionais ao qual a família tem acesso que, além de possuírem o conhecimento teórico-prático, estão de posse da serenidade emocional que as famílias demoram a conseguir, quando se deparam com o imprevisto da chegada de uma criança com necessidades especiais na família.

Esta lei oficializou a Língua Brasileira de Sinais – Libras. A partir dessa lei, não mais se escreve a palavra Libras com todas as letras maiúsculas como se fazia anteriormente, quando ela representava uma sigla: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Nessa lei, também estão estabelecidas as condições que caracterizam

APOSTILA LIBRAS

uma escola inclusiva para surdos. A essência das disposições federais contidas nessa lei está distribuída em quatro artigos:

Art. 1º: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º: Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas, concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º: As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º: O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (LEI FEDERAL Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002).

A Lei nº. 10.436/2002 marca o início de uma nova e promissora era no que diz respeito à pessoa surda, sua capacidade, identidade e formação. Essa lei reconhece não somente que a Libras é uma Língua e que como tal deve ser respeitada, mas que a comunidade surda, sua cultura e sua identidade também devem ser respeitadas. As leis da acessibilidade, de 2000, e a de Libras, de 2002 foram regulamentadas pelos Decretos 5296 de 2004 e pelo Decreto nº 5.626 de 2005.

O Decreto 5.626 estabelece o que é preciso fazer que a abordagem bilíngue seja adotada nas escolas públicas e particulares do país. Define ainda que escola ou classe bilíngue são aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam as línguas utilizadas no ensino. Também é este Decreto que torna obrigatório o ensino de Libras para os futuros professores e para os fonoaudiólogos (DECRETO FEDERAL Nº 5.626 DE 2005).

O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de

APOSTILA LIBRAS

formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa. O Decreto nº 5.626 estabelece ainda que as instituições federais de ensino devam garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas, acesso à comunicação, informação e educação nos processos seletivos, atividades e conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

A primeira política pública para a educação dos surdos em nosso país pode ser considerada a Decisão Imperial de 26 de setembro de 1857, quando o governo de D. Pedro II criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação do Surdo (INES), que adotava a língua de sinais. Essa escola foi fundada por Ernest Huet – professor surdo francês que chegou ao Brasil com o objetivo de aqui iniciar a educação dos surdos. Porém, seguindo a tendência determinada pelo Congresso de Milão (1880), em 1911, o INES estabeleceu o oralismo como método de educação dos surdos. Atualmente, a filosofia educacional adotada pelo INES é o bilinguismo. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual, em diferentes artigos, são garantidos os direitos das pessoas com deficiência, foram propostas políticas para que a atuação dos diferentes órgãos governamentais pudesse estar em conformidade com os dispositivos constitucionais.

A Lei nº 10.172/01 – Plano Nacional de Educação indica como meta, ainda, capacitar pessoas para dar atendimento aos educandos especiais e como meta nº 11: implantar, em cinco anos, e generalizar, em dez, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escola, mediante um programa de formação de monitores, em parcerias com organizações não governamentais.

No cenário de reformas e propostas educacionais, temos o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, que foi o resultado de uma proposição da SEESP/ MEC e Secretarias de Estado da Educação e Secretarias Municipais de Educação (das capitais) visando à melhoria da educação de alunos surdos

APOSTILA LIBRAS

matriculados no Ensino Fundamental. Um de seus focos de trabalho foi a formação de professores ouvintes para o uso da Libras.

A Educação Especial, modalidade escolar que atende, preferencialmente na rede regular de ensino, educandos com "deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" é explicitamente considerada, atualmente no Brasil, na perspectiva inclusiva e regida pela Política Nacional de Educação Especial – PNEE, de 2008. De acordo com a PNEE- 2008 a atuação da Educação Especial deve ser articulada com o ensino comum e, se efetiva mediante o atendimento às necessidades educacionais especiais dos educandos constituintes de seu público alvo, com a oferta, em contraturno, do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Na Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva, de 2008, o MEC reconhece que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, e, assim, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

5 TECNOLOGIAS DE ACESSIBILIDADE PARA A COMUNICAÇÃO DO SURDO

As tecnologias atuais permitiram um enorme aumento da boa qualidade de comunicação entre surdos e entre ouvintes e surdos, das quais, o principal exemplo é o celular, por permitir o envio de mensagens escritas, dentre outras facilidades. O precursor do celular foi o PAGER ou BIP. Este equipamento não foi criado pensando nos surdos, mas, por utilizar a escrita e possibilitar que o surdo tivesse acesso à mensagem pela via visual, foi adotado por muitos integrantes da comunidade surda, gerando muita esperança. Todavia, além de ser cara, sua utilização não era prática. Como as mensagens escritas apenas podiam ser emitidas pelas telefonistas, não havia possibilidade de troca efetiva de comunicação. Os ouvintes ligavam para uma central de comunicações do BIP, os telefonistas recebiam os recados e enviavam as mensagens para os aparelhos dos surdos, que não tinham como responder. Infelizmente, esses equipamentos tecnológicos foram

APOSTILA LIBRAS

falhos para a comunicação dos surdos, embora servissem para que esses recebessem recados.

Atualmente, os smartphones estão bastante acessíveis e os aplicativos de mensagens instantâneas vêm sendo aperfeiçoados, fazendo parte do cotidiano das pessoas e facilitando ainda mais a vida social dos surdos, como exemplo temos o ICQ, o WhatsApp, o Instagram e o Telegram. Constantemente novos recursos tecnológicos, que favorecem a comunicação de pessoas surdas, são apresentados à comunidade científica. Um exemplo disso é a pulseira Lepee, apresentada por alunos do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O dispositivo consiste em um aparelho vibratório que se conecta a qualquer celular e pisca e vibra quando o Smartphone recebe notificação de mensagem, por exemplo, o alarme do carro ou uma campainha wireless.

Segundo o jornal “Gazeta do Povo” (2015, on-line). “O funcionamento de pulseira Lepee tem potencial para provocar uma minirrevolução na relação das pessoas surdas com a tecnologia”. O Instagram é semelhante ao Facebook e é uma rede social on-line de compartilhamento de fotos e vídeos, acessível apenas para smartphones e que não permite a criação de grupos. Oferece duas opções: público ou fechado. Se público, qualquer pessoa pode ter acesso ao que for disponibilizado na página do usuário. Se fechado, só as pessoas adicionadas podem ver suas postagens.

Os surdos costumam postar fotos e vídeos curtíssimos, de no máximo dois minutos. Apesar de ser possível postar vídeos em Libras, a maioria dos surdos faz apenas postagem de fotos. O Telegram é considerado um dos principais concorrentes do WhatsApp, porque possui funções semelhantes, como o envio e recebimento de conteúdos em texto, vídeo, áudio e imagem por meio de um pacote de dados ou de uma conexão Wi-Fi. Uma primeira vantagem deste aplicativo é o fato de não estar vinculado a nenhuma grande empresa da internet. Como o Telegram utiliza a rede móvel para mandar e receber as mensagens, ele é gratuito. O Telegram apresenta ainda suporte para GIFs (Graphics Interchange Format ou, em português: formato de intercâmbio de gráficos animados). Possui dispositivos de busca para pesquisa de imagens (animadas ou estáticas) diretamente.

Atualmente, um grupo de surdos brasileiros utiliza o Telegram para uma pesquisa que tem por objetivo convencionar sinais em Libras para diferentes áreas

APOSTILA LIBRAS

do conhecimento, como, por exemplo, a Matemática. Os recursos descritos anteriormente são utilizados pelos surdos letrados, entretanto, temos também os surdos que são analfabetos, que não sabem ler e escrever mensagens, ou mesmo os que possuem um conhecimento insuficiente do Português, o que inviabiliza a comunicação com ouvintes, desacostumados com a redação dos surdos. Assim, além das ferramentas tecnológicas que permitem a exploração de vídeos em geral, permitindo, portanto, a comunicação em língua de sinais, algumas ferramentas tecnológicas foram adaptadas ou mesmo criadas para os surdos. São as que utilizam ou a Libras ou o SignWriting. As que permitem a utilização de Libras são as preferidas pelos surdos, pois, por meio delas, podem se valer de um poderoso recurso de comunicação muito valorizado pela comunidade surda, que são as expressões visuais.

A importância de poder se comunicar mediante imagens, ou seja, por meio de vídeos, além de permitir ao surdo se expressar em sua língua natural, se adapta melhor ao desenvolvimento cognitivo e afetivo dos surdos, pois, como já abordamos na Unidade I, atualmente, surdez é entendida como uma experiência visual. Dessa forma, a Libras é concebida pelas experiências visuais dos surdos, os quais se sentem confortáveis ao utilizar ferramentas tecnológicas em que podem se expressar na sua língua. Por exemplo, os ouvintes leem e escrevem.

As novas tecnologias em Libras são importantes para o uso social dos cidadãos surdos, pois a facilidade de acesso às informações pode incentivar a busca pelo conhecimento científico e social pelos surdos. Vários recursos tecnológicos, com uso de Libras, estão disponíveis para os surdos e aqui serão expostos alguns desses recursos tecnológicos com Libras que os surdos mais utilizam.

A TV com Intérpretes foi a primeira ferramenta tecnológica a disponibilizar o acesso dos surdos à informação em sua língua natural, no caso do Brasil, a Libras. Para isto, alguns canais da TV, ou determinados programas, apresentam a tradução simultânea com o intérprete de Libras em destaque no canto da tela, em um espaço denominado “janela de interpretação” a WebCam e chats com vídeo. Não são ferramentas específicas para surdos. São recursos dos diferentes aplicativos e redes sociais, que permitem aos surdos visualizarem o diálogo sinalizado simultaneamente. O software Skype. Muito utilizado atualmente para conferências, palestras e até mesmo realização de bancas de defesa de mestrado e doutorado,

APOSTILA LIBRAS

em que os participantes da banca não podem estar presentes, pois permite a comunicação simultânea com imagens e sons.



Fonte: <http://www.ebc.com.br>

Para estabelecer contato, é necessário possuir uma conta de e-mail. Na tela aparecem duas imagens, uma pequena corresponde a primeira pessoa, que vê sua própria imagem; a imagem maior mostra a imagem do interlocutor, ou seja, daquele com quem se está comunicando. O Skype possibilita ainda a comunicação escrita, na ausência de câmeras. O programa é grátis e é acessível apenas para computadores e tablets. Muitos surdos utilizam esta forma de comunicação. A webcam do celular. Permite a utilização de alguns aplicativos simples e efetivos, como, por exemplo, o Imo Video Free. Este programa de download gratuito é um grande sucesso entre os usuários em geral, por permitir chamadas de voz e de vídeo com alta qualidade se estiver conectado à internet 3G, 4G ou Wi-Fi. Também permite mensagens escritas, bate papo em grupo e figuras para enriquecer as comunicações escritas.

O aplicativo permite ainda a formação de grupos para bate-papo e compartilhamento de fotos e vídeos. Entretanto, é a possibilidade de se expressar em Libras, pois a imagem é transmitida simultaneamente, que torna o IMO o aplicativo preferido dos surdos. É a telefonia móvel para a comunicação entre usuários de Libras. Dentre as ferramentas tecnológicas específicas para utilização pelos surdos, destacamos o Viável Brasil. O Viável é o nome comercial de uma

APOSTILA LIBRAS

tecnologia adaptada para os surdos, semelhante ao aplicativo Skype. Esta ferramenta necessita de um equipamento próprio, que precisa estar ligado à internet.

Além do custo do aparelho e da internet, há a necessidade de pagamento de uma taxa de serviços, que se destina ao pagamento de intérpretes que permanecem em uma central. É um telefone específico para clientes surdos. Tem dois tipos: um oferece tecnologia para videoconferência para dois ou três surdos conversarem, com webcam. O outro disponibiliza intérprete em língua de sinais. Para a utilização do sistema Viável, o surdo que deseja ligar para um ouvinte, pode digitar normalmente o número de telefone, e o intérprete atua como mediador, interpretando em voz para o ouvinte e sinalizando no vídeo para o surdo ver. Também tem bate papo em linguagem escrita. Outro recurso tecnológico atualmente disponível são os softwares de tradução simultânea de texto e voz da Língua Portuguesa para Libras, disponíveis sob a denominação PRODEAF e HandTalk. Ambos são aplicativos muito inovadores.

Os novos softwares ajudam bastante a comunicação entre ouvintes e surdos, pois a pessoa fala ao celular e o programa traduz automaticamente em Libras, mediante uma animação, para os surdos. Apesar do grande avanço, estes aplicativos ainda precisam ser refinados e enriquecidos, pois não permitem a tradução da Libras nem para o Português oral, nem para escrito, mas permitem ao surdo responder por escrito. Assim, de um lado, representa um grande avanço, pois facilita a comunicação quando o surdo é o receptor, ao traduzir o que o ouvinte diz ao surdo, mas, por outro lado, ainda necessita que o surdo possua conhecimento do Português escrito para poder ser o emissor da mensagem. O PRODEAF foi desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco por alunos do curso de ciência da computação. O grupo envolvido fundou a empresa.

Proativa Soluções e negócios, que conta com o apoio e parceria da Wayra Brasil - Telefônica, Microsoft, Sebrae e CNPq. O Hand talk foi apresentado em 2012. O aplicativo é parecido com o PRODEAF. Nele, o Hugo, personagem 3D torna a comunicação interativa e de fácil compreensão. No que se refere à educação de surdos, as ferramentas tecnológicas facilitam sua comunicação e aprendizagem. Um exemplo, são os livros didáticos traduzidos para a Libras, que permitem aos surdos entenderem “rapidamente” os textos em Português, com o auxílio da tradução para a Libras em um DVD que acompanha o livro. Um problema dessas

APOSTILA LIBRAS

traduções é que, para serem fiéis aos textos escritos, os intérpretes acabam realizando mais o Português Sinalizado³ do que a Libras.

Outro recurso educacional decorrente das ferramentas tecnológicas são os dicionários virtuais em Libras, muito importantes para alunos surdos e para aprendizes ouvintes. Como a Libras se sustenta no movimento, os dicionários somente são possíveis em razão das tecnologias digitais. Esses dicionários poderiam ser explorados pelas escolas bilíngues para o ensino da Língua Portuguesa escrita para crianças surdas, da mesma maneira que os dicionários tradicionais são explorados para a construção do vocabulário de crianças ouvintes. Assim, da mesma forma que esses recursos favorecem o aprendizado da Libras para pessoas ouvintes, os surdos também podem ver os sinais de Libras e aprender português escrito. Outros dicionários virtuais de Libras estão disponíveis, como o Dicionário de Libras. Este material é muito útil, pois além da simples tradução de sinais para palavras escritas em português e vice-versa, apresenta também planejamento para aulas temáticas, que auxiliam muito o professor de Libras para ouvintes.

Na antiguidade greco-romana as pessoas acreditavam que os surdos não eram seres humanos competentes, e isso porque para as pessoas, uma vez que os surdos não podiam ouvir, eles também não podiam falar e, se eles não podiam falar eles não poderiam ter linguagem, e sem linguagem eles não tinham pensamentos. Embora esta seja a visão que remonta a antiguidade greco-romana, sabe-se que ela ainda é válida para muitas pessoas na atualidade. Justamente com base em visões desse tipo que emergem expressões como surdo-mudo, por exemplo, segundo a qual pessoas surdas necessariamente são mudas, e isso não é verdade. Ferreira e Brito (1995) explica que os surdos não falam porque não ouvem, mas uma vez que tenha contato e possam desenvolver terapia de oralização eles podem desenvolver a fala, obviamente em graus variados. Para Aristóteles, um dos traços definidores da humanidade é a linguagem, uma vez que na sua época os surdos não ouviam e não falava ele acabou considerando que os surdos não eram humanos. Os romanos também partilhavam da mesma visão que os gregos. Os surdos nessa época eram privados de seus direitos e confundidos com retardados mentais, e, por essa razão eram impedidos de fazer seus próprios testamentos e precisavam de um curador para todos os seus negócios.

APOSTILA LIBRAS

Durante a idade média, a igreja católica proibiu que surdos se casassem até o século XII e também acreditava que a alma dos surdos não era imortal porque não podia falar os sacramentos. Assim, é possível identificar que, ao longo de toda a história, o fato de os surdos não fazerem uso de uma língua oral, os condenou a condição de não humanos, de retardos mentais etc. Isso começou a mudar quando na Idade Moderna (1453-1789) apareceram os primeiros educadores de surdos. O primeiro educador a que se tem notícia é Pedro Ponce de León (1520-1584). Ele educava filhos surdos de famílias nobres. Nessa época, a motivação para educar filhos surdos era justamente para garantir que as crianças pudessem ter direitos a sua herança uma vez que eram capazes de falar, então, a educação de surdos desde os primórdios também tinha o objetivo de ensinar os surdos a falar, ou seja, ensiná-los a oralidade. (BOTELHO, 2002).

Pedro Ponce de León teve êxito em seus métodos de ensino, conseguindo ensinar aos surdos, a fala, a leitura, a escrita e até filosofia para alguns surdos, o que foi bastante importante para mostrar para a sociedade da época que, diferentemente do que se pensavam os surdos eram sim capazes de aprender. Os métodos de Pedro Ponce serviram de incentivo para os próximos educadores que o seguiram, como Juan Pablo Bonet (1579-1629). O método de Bonet se tornou referencia para os educadores da época que acabou disseminando essa ideia para todas as partes da Europa, isso porque Bonet defendia a ideia de oralidade e o uso de sinais e do alfabeto manual para atingir o objetivo.

Na idade moderna, tem-se o grande nome da educação de surdos Charles – Michel de l'Épée (1712 – 1789) que foi o fundador do Instituto Nacional para Surdos – Mudos de Paris (1760) e além desse legado, l'Épée foi o primeiro educador de surdos a reconhecer que os surdos tem uma língua que, diferentemente do que as pessoas pensavam, os surdos não precisam aprender uma língua oral para ter uma linguagem. Com isso, a oralização deixou de ser o foco da educação de surdos na visão de l'Épée e apesar de acreditar que a língua de sinais tinha que fazer parte do processo de educação dos surdos, l'Épée considerava os sinais que os surdos usavam insuficientes para que eles aprendessem a leitura e a escrita do francês e por essa razão, ele inventou os chamado sinais metódicos. (QUADROS, 1997).

Os sinais metódicos consistem na apropriação de sinais modificados de forma que possa representar mais fielmente a estrutura da língua francesa escrita. Thomas

APOSTILA LIBRAS

Gallaudet e Laurent Clerc vão para os Estados Unidos e fundam a primeira escola de surdos do país fundada em 1817 e nessa época, na sala de aula além dos sinais que as crianças surdas norte-americanas já utilizavam antes da fundação da escola, também integravam os recursos comunicativos. Em 1880, houve uma mudança com o Congresso de Milão que reuniu educadores de surdos de diversos países e decidiu-se que, a partir daquele momento, a educação de surdos abandonariam os sinais em benefício do desenvolvimento da fala, do ensino da fala, ou seja, determinou-se que, a partir daquele momento, as escolas de surdos adotariam o chamado método oral puro dado que a fala seria a finalidade da educação.

6 TRADUÇÃO X INTÉRPRETE DE LIBRAS

Souza Andrade e Barbosa (2015) explicam que as tarefas de tradução envolve uma língua escrita e a interpretação envolve línguas na modalidade oral/sinalizada sendo, portanto, a diferença entre a língua de sinais e a língua oral a modalidade, visto que a língua de sinais é produzida na modalidade espaço-visual e a língua oral se apresenta na modalidade oral-auditiva. O profissional intérprete de libras precisa saber lidar com a estrutura gramatical dessa língua e por isso, acaba sendo uma prática mais exaustiva. Assim, uma das semelhanças entre a tradução e a interpretação de libras está no processo de comunicação, além disso, ambos profissionais (intérprete e tradutor de libras) precisam conhecer bem a cultura das línguas envolvidas para que assim consiga assimilar e transitar de uma língua para outra. Diante disso, a tradução se dá com a escrita enquanto que a interpretação resulta da fala e da sinalização da língua. (PERLIN, 1998)

Souza Andrade e Barbosa (2015, p. 5) explicam que “geralmente o intérprete de Libras não possui nenhuma formação para atuar, o TILS (Tradutor Intérprete de Língua de Sinais) tem duas tarefas, interpretar e traduzir”. Para Lacerda os dois termos se completam “versar os conteúdos de uma dada língua para outra, buscando trazer neste processo sentidos pretendidos, sem que eles se percam ou que sejam distorcidos no percurso” (LACERDA, 2009, p. 14).

A comunicação entre os surdos, inicialmente se dava de maneira informal, com os membros da própria família ou através de pessoas ouvintes aos quais considerava serem ajudantes dessas pessoas no papel de interpretá-las. Com o crescimento da comunidade surda e entendendo que esses têm direitos a serem

APOSTILA LIBRAS

inseridos no meio social e na comunicação, surge a necessidade de formalizar e adequar profissionais para tal prática, de maneira mais abrangente e eficiente. A formação desses profissionais ainda está em andamento e se dá através de pós-graduação, pois não há especificamente uma graduação para tal formação e a fluência é obtida através da prática e pode ser constatada através do PROLIBRAS, onde são aplicadas provas em dois níveis: um para medir conhecimento para o



ensino e outro para medir a capacidade de interpretação. As provas são aplicadas pela UFSC (Universidade de Santa Catarina) e do INEP.

Fonte: www.treslagoasnoar.com.br

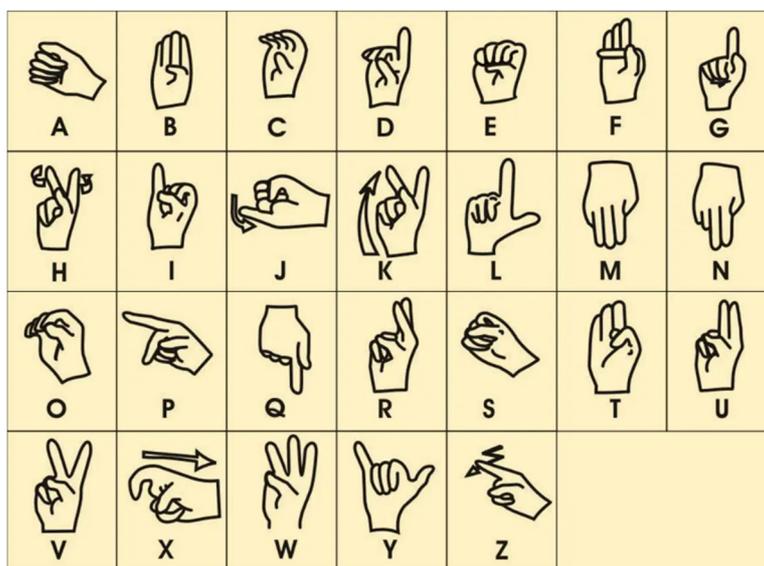
Uma das leis que vigoram, regulamentam e determinam atualmente a capacitação do profissional dessa modalidade, é a lei 12.319 de 01.09.2010, tornando assim a profissionalização do Intérprete de Libras. O profissional intérprete deve ser capacitado ou habilitado para atuar em diversas situações como: Escolas, palestras, programas de TV, reuniões etc. Algumas igrejas, por exemplo, já adotam essa prática. Nessa categoria há código de ética e conta ainda com respaldo institucional. Há também associações dos surdos e Federações nacionais e internacionais de surdos. (PEREIRA et al., 2011).

APOSTILA LIBRAS

É de suma importância o papel do profissional de Libras no processo de ensino-aprendizagem de crianças surdas nas salas de inclusão, pois o mesmo tem a função de mediar a interação desse aluno com o professor, os colegas ouvintes e toda a comunidade escolar, traduzindo línguas e culturas diferentes. Nesse aspecto, é necessário que essa prática se faça usando estratégias mentais a fim de transferir os conteúdos de forma adequada com a finalidade de tornar a compreensão do aluno mais fácil e de maneira eficaz.

O intérprete não é professor, embora muitos confundam os papéis, portanto, questões pedagógicas são atribuídas ao professor que é o responsável pela sala de aula. O intérprete apenas interpreta a aula dada pelo professor e a transmite, através da língua de sinais para o aluno surdo e isso deve ser feito de maneira a transmitir os conteúdos com fidelidade. Quem é o regente da aula é o professor e nesse contexto, o intérprete não explica os conteúdos, esse papel é do regente e o intérprete nesse caso funciona como um auxiliar com função apenas da interpretação, como também não é de responsabilidade do mesmo chamar a atenção do aluno, uma vez que o surdo incluído em classe regular de ensino é aluno do professor. (PEREIRA et al., 2011).

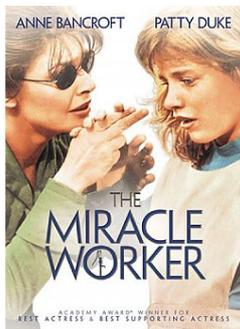
Quando o aluno tem dúvidas deve perguntar ao professor e o intérprete é o mediador que transmite através da fala e reporta na língua de sinais ao aluno tal explicação. Sendo assim, o intérprete atua como um técnico de comunicação em língua de sinais (LIBRAS) e é de grande importância seu papel na inclusão do aluno surdo nas salas regulares e na comunidade escolar em geral.



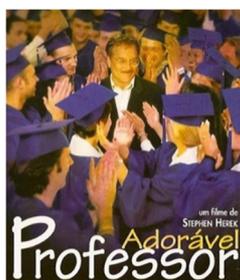
APOSTILA LIBRAS

Fonte: www.abrilsuperinteressante

Para conhecer melhor o mundo dos surdos, recomendamos os seguintes filmes:



O Milagre de Anne Sullivan (The Miracle Worker - EUA/1962, história da Helen Keller.



Adorável Professor (Mr. Holland-EUA/1995, professor de música tem um filho surdo.)



Filhos do Silêncio (Children of a Lesser God - EUA/1986, professor de língua de sinais se apaixona por surda)



Seu Nome é Jonas (And Your Name Is Jonah (TV Film) –USA/1979, é ensinado à língua de sinais para criança surda sair do isolamento.)

APOSTILA LIBRAS

REFERÊNCIAS

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, M. I. N. **O uso social das tecnologias de comunicação pelo surdo: limites e possibilidades para o desenvolvimento da linguagem**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Pós-graduação em Educação, 2016.

Decreto nº 5.626. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Diário Oficial da União, 22 dez. 2005.

Decreto nº 6949. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, Diário Oficial da União, 25 ago. 2009.

Decreto nº 5.296, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 09 de março de 2020.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 09 de março de 2020..

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

LACERDA, C. B. F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES. Campinas-SP, v.19, n. 46, set. 1998

LACERDA, C. B. F; SANTOS, L. F (org). **Tenho um surdo e agora? Introdução à Libras e educação de Surdos**. São Carlos: EdusFSCar, 2013.

LACERDA, Cristina B. F. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível

APOSTILA LIBRAS

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 09 de março de 2020.

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 09 de março de 2020.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 09 de março de 2020.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 de março de 2020..

Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 09 de março de 2020.

MARIELENE, Domanovski. Meye, Vassão Adriane. **A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DO SURDO**. 2016. Disponível em:<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospe/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_marilenedomanovski.pdf>. Acesso em 09 de março de 2020.

Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 09 de março de 2020.

NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius; CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira; SOARES, Beatriz Ignatius Nogueira. **Libras**. Maringá-Pr.: UniCesumar, 2017. Reimpresso em 2018. 425 p.

PEREIRA, M. C. C.; CHOI, D; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PERLIN, G Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

APOSTILA LIBRAS

Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2020.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Estado de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. 2004. Brasília: SEESP, 2004. Disponível em: << <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>>. Acesso em: 09 de março de 2020.

SHIMAZAKI, E. M.; MORI, N. N. R. **Fundamentos da educação especial**. In: MORI, N. N. R. M.; CEREZUELA, C. (Org.). Fundamentos da educação especial. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2012, v. 1, p. 31-41.

SOUZA-ANDRADE, Francine. **DIFERENÇAS ENTRE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): UMA ANÁLISE SOBRE HESITAÇÕES**. Disponível em: <<http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/CONALIBRAS/trabalhos/oral/eixo3/DIFERENCAS%20ENTRE%20TRADUCAO%20E%20INTERPRETACAO%20NA%20LINGUA%20BRASILEIRA%20DE%20SINAIS%20LIBRAS%20UMA%20ANALISE%20SOBRE%20HESITACOES.pdf>>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

Web:

<<http://tecnologiasnaeducacaoinclusiva.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2016. Em:
<<http://epeem.cp.utfpr.edu.br/site/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<http://www.ines.gov.br/uploads/publicacoes/revista-arqueiro/arqueiro_13.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<<http://www.gazetadopovo.com.br/saude/alunos-da-utfpr-criam-pulseira-para-surdos-ac1f3w4qb5ffti2psrz9bpw0j>>. Acesso em: 20 jan. 2020.